

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 4/2021**

**Reunião ordinária pública de 15 de dezembro de 2021**

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 18 horas, realizou-se no edifício do GNRation, situado na Praça Conde Agrolongo, da cidade de Braga, a reunião ordinária do Executivo Municipal, tendo comparecido os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS) **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU).-----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas dezoito horas e dez minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

Para conhecimento foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 3/2021: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 3/2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM:** Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Artur Jorge Oliveira Feio,

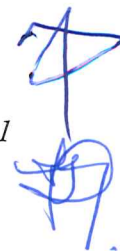


Vereadora Sílvia Cristina Conduto de Sousa e Bárbara Seco de Barros. -----

**2.OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2022:-** Presente a seguinte proposta: **Considerando que:** 1.Os documentos previsionais constituem um instrumento fundamental no planeamento estratégico do Município de Braga, e são constituídos pelo Orçamento e as Grandes Opções do Plano que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes.2.O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 foram elaborados no cumprimento dos princípios orçamentais estabelecido no SNC-AP e das regras previsionais determinadas pelo POCAL. 3. O Orçamento municipal prevê todas as receitas a serem arrecadadas e fixa as despesas a serem realizadas no exercício financeiro, sustentado nos princípios: continuidade, eficácia, eficiência na prestação de serviços públicos.4. A aprovação do Orçamento para 2022, permitirá dar cumprimento aos princípios e regras orçamentais estabelecido que estabelecem que as receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de adequada inscrição orçamental, para satisfação das despesas inscritas no orçamento.5. O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 constitui instrumentos de planeamento que enquadram as opções e prioridades deste executivo, sufragadas pelos bracaraenses no passado mês de setembro, e formula uma visão para Braga no horizonte 2021/2025.

6. Tratando-se de documentos coincidentes com o início dum mandato autárquico, dará obviamente sequência às diversas políticas sectoriais de sucesso que foram a imagem de marca da gestão municipal ao longo dos últimos anos, mas traduzem já prioridades e objetivos assumidos para o mandato que agora se inicia, em diferentes sectores vitais ao nosso concelho. 7. Estes documentos traduzem ainda o resultado da partilha das opções estratégicas e ações prioritárias partilhadas com os Executivos das Freguesias, Empresas Municipais e forças políticas com representação na Assembleia Municipal.8. O presente Orçamento assentou, também, na identificação rigorosa das despesas obrigatórias resultantes, nomeadamente, de encargos com pessoal, encargos financeiros, contratos de fornecimentos e/ou serviços de execução contínua, em curso e/ou a celebrar, com os respetivos cronogramas financeiros e planos de pagamento. Foram ainda respeitados os cabimentos e compromissos assumidos e não faturados a transitar. 9.Na execução do Orçamento deverão observar-se as Normas de Execução do Orçamento propostas para o ano de 2022, as quais se apresentam em anexo ao Relatório. **Propõe-se que:** a) Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano de 2022, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta são parte integrante como:





Relatório de apoio ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, que inclui: **Anexo 1:** Resumo do Orçamento; **Anexo 2:** Orçamento – Receitas e Despesas; **Anexo 3:** Mapa das despesas desagregado por classificação económica; **Anexo 4:** Grandes Opções do Plano; **Anexo 5:** Plano Plurianual de Investimentos; **Anexo 6:** Atividades Mais Relevantes; **Anexo 7:** Orçamento e plano orçamental plurianual da receita e da despesa; **Anexo 8:** Balanço previsional; **Anexo 9:** Demonstração de resultados previsional; **Anexo 10:** Demonstração de fluxos de caixa previsional; **Anexo 11:** Plano de investimento nas freguesias por delegação de competências **Anexo 12:** Previsão do Encargos e Respetivas Amortizações da Dívida de Empréstimos de MLP; **Anexo 13:** Mapa demonstrativo da Capacidade de Endividamento; **Anexo 14:** Mapa das Entidades Participadas; **Anexo 15:** Responsabilidades contingentes; Anexo 16: Normas de execução orçamental; **Anexo 17:** Mapa de pessoal para 2022; **Anexo 18:** Orçamentos da Empresas Municipais; Braga, 10 de dezembro de 2022. O Presidente da Câmara Municipal: Ricardo Rio”. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

O Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** referiu que o Orçamento “tem a maior receita fiscal de sempre e o menor investimento de sempre”, acrescentando que nada traz de novo, repetindo muitas das propostas do primeiro, como acontece com o Parque das Sete Fontes, a Dissolução da Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga e a resolução do problema rodoviário de Infias.-----

A Vereadora **Bárbara Seco de Barros** referiu, em súmula, que o orçamento municipal responde às exigências do dia a dia., não servindo os interesses mais urgentes da população, designadamente na área da habitação social, mas também na mobilidade e na educação. Criticou o facto dos documentos em votação, não aludirem à remunicipalização da AGERE, EM. O **Presidente da Câmara** disse que este orçamento segue “uma lógica incremental” juntando a cada ano “algo mais”, mas sem pôr em causa nenhuma das opções das políticas anteriores. Disse que “este ano, por exemplo, há uma verba de cerca de meio milhão de euros para combate à pobreza energética” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. VOTARAM CONTRA OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**3.CONTRATOS-PROGRAMA COM AS EMPRESAS MUNICIPAIS PARA 2022.** Presente a seguinte proposta: **Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e as Empresas Municipais para 2022: A) Teatro Circo de Braga, E.M, S.A.; B) Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, C) E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.-----**

**“ I .Exposição e Motivos 1.**No âmbito da estratégia para o desenvolvimento económico, cultural e social de Braga, foi apresentado, por parte das administrações das empresas municipais, Teatro Circo de Braga, E.M, S.A., Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., uma proposta para a celebração de contratos-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente a fomentar o desenvolvimento das suas atividade.**2.** Sobre estas entidades - com revelantíssimas responsabilidades no desenvolvimento económico, social e cultural do concelho - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhes estão cometidas e a que este município não pode alhear-se .**II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão 3.** Estas empresas municipais, ainda que integradas no tecido empresarial local, representam entidades cujo objeto promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população de Braga, prosseguindo atividades entendidas como de interesse geral. **4.** Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação e cultura, ação social e habitação, promoção do desenvolvimento, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d), e), h), i) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. **5.** O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais. **6.** Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos. **7.** Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma “mais-valia” vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes. **8.** Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital **9.** No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as



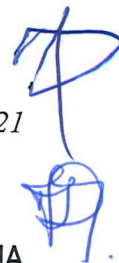


empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas. **10.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal. **11.** As minutas dos contratos-programa preveem ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver. **12.** Nestes termos, considere-se ainda que: **a)** O Teatro Circo de Braga, E.M, S.A. é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de atividades culturais e de outras atividades relacionadas com o seu objeto social e não excluídas por lei; **b)** A Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., é uma empresa local que visa a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social; **c)** A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., é uma empresa local que tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros; **d)** As mencionadas empresas regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas; **e)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma; **f)** As minutas dos contratos-programa a celebrar inscrevem a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas das empresas, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pelas empresas; **g)** As minutas dos contratos em anexo cumprem ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. **13.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo



órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. **14.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas. **15.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas. **16.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os presentes contratos-programa foram objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único de cada empresa. **17.** As despesas têm enquadramento, respetivamente, nas rubricas 0102/04010101, do Orçamento do Município, cabendo-lhe os números de cabimento 64923, 64924, 64925 com os compromissos sequenciais 79494, 79495, 79496. **Em face do exposto, proponho:** Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os contratos-programa a celebrar com as empresas municipais identificadas para o ano 2022. Braga, 03 de dezembro de 2021. O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio". Os referidos contratos-programa dão-se como reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas. **A) DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. B) DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS**





MACEDO. C) DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.-----

#### 4. TRANSFERÊNCIA DE COMPARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS INTERMUNICIPAIS – CIM DO CÁVADO:

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à aprovação do Executivo Municipal o plano de pagamentos relativo ao montante das transferências do Município de Braga, a título de comparticipação dos projetos promovidos pela CIM do Cávado, nos termos da documentação em anexo”. A referida documentação dá-se aqui por reproduzida e transcrita e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO.**-----

#### 5. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -

**FREGUESIAS:** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25.º, alínea k) e do art.º 33º, n.º 1 alínea m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: I. ADITAMENTOS AOS CONTRATOS: a) **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (St.º Estevão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**Requalificação da Rua dos Pardieiros – Trabalhos a mais**”, no montante de **22.495,68€** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 11.01.2021); b) **União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, para a execução da obra denominada “**Requalificação da Rua de Vilar - Ferreiros**”, no montante de **6.601,66 €** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 16.01.2018); c) **União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, para a execução da obra denominada “**Alargamento e Pavimentação da Rua Francisco Gomes Lopes – Ferreiros – honorários/projeto**”, no



montante de **3.841,15 €** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 3.05.20213); **d) União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, para a execução da obra denominada “**Rua João Braga/Travessa João Braga – Nogueira - aditamento**”, no montante de **3.056,20€** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 26.03.2021); **e) União das Freguesias de St<sup>a</sup>. Lucrécia de Algeriz e Navarra**, para a execução da obra denominada “**Pavimentação da Travessa Dr. Domingos Soares – Navarra (Fiscalização)**”, no montante de **745.00€** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 11.05.2021); **f) Freguesia de Tadim**, para a execução da obra denominada “**Rede de Águas Pluviais da Travessa do Banido – Trabalhos Complementares**”, no montante de **9.083,17€** (cujo contrato interadministrativo foi outorgado a 17.03.2021); II. CONTRATO INTERADMINISTRATIVOS: **a) União das Freguesias de Escudeiros e Penso (St<sup>o</sup>. Estevão e S. Vicente)**, para a execução da obra denominada “**Requalificação da Rua Entre Águas – Penso S. Vicente (projeto)**”, no montante de **6.316,75€**. Todos os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

**6. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS:** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33.º e da alínea j) do n.º 1 do art.º 15º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **a) À Freguesia de Adaúfe**, no montante de **87.186,75 euros**, com IVA incluído, destinado a apoiar “**ampliação do cemitério de Adaúfe – Reforço de Apoio**”; **b) À Freguesia de Esporões**, no montante de **19.680,00 euros**, com IVA incluído, destinado a apoiar a “**Remodelação do Edifício da Junta de Freguesia – Projeto**”; **c) À Freguesia de S. Vitor**, no montante de **26.452,51 euros**, com IVA incluído, destinado a apoiar a “**Despesas pontuais efetuadas com as eleições presidenciais**” cf. documentos comprovativos anexos; **d) À União de Freguesia de Morreira e Trandeiras**, no montante de **11.951,50 euros**, com IVA incluído, para “**Requalificação Edifício da Junta de Trandeiras**”; **e) À Freguesia de Mire de Tibães**, no montante de **1.059,97 euros**, com IVA incluído, para “**Obras de intervenção no Cemitério de Mire de Tibães**”; **f) À União de Freguesia de Arentim e Cunha**, no montante de **369,00 euros**, com IVA incluído, para “**Requalificação da Calçada do Fiteiro - Arentim**”. Todos os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

**7. PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ENTIDADES:** Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as propostas de apoio financeiro às seguintes





entidades: a) Ao **Fundo Social Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga e Empresas Municipais**, no valor de **16.750,00 €**, nos termos do artigo F-1/3º, nº 2 do CRMB, com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal b) À **Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro**, no valor de **1.800,00 €**, destinado à continuidade da atividade que exercem no âmbito do apoio ao doente oncológico no concelho de Braga, nos termos do artigo F-1/3º, nº 2 do CRMB". Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**8.CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA - SPORTING CLUBE DE BRAGA:** Presente a seguinte proposta: "Da Vereadora Sameiro Araújo, com as áreas de responsabilidade do Desporto, Juventude, Associativismo, e Participação Cívica, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da parte F – título II do Código Regulamentar do **Município de Braga**, a celebrar com o **Sporting Clube de Braga**, no valor de **349.500,00€**, tudo conforme documentos que se anexam". Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**9. REGULARIZAÇÃO DE FATURAS:** Presente a seguinte proposta: "Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal a regularização de faturas, conforme quadro anexo. Tem informação favorável do Diretor Municipal de Gestão". A referida informação e quadro anexo dão-se aqui como reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**10.CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA – LUZBOA – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA:**Presente a seguinte proposta: Da **Direção Municipal de Gestão – Divisão de Contratação Pública**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a decisão sobre a modificação objetiva do contrato e aprovação da minuta da modificação contratual, nos termos do disposto na alínea f), do nº. 1, do



artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** Remeter ao Gestor do Contrato para proceder ao acompanhamento da execução do contrato.-----

**11. RATIFICAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA PARA APOIO AO PLANO DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19:**

Presente a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 6 de dezembro do ano em curso, relativo à adenda ao protocolo celebrado com a delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa para apoio ao Plano de Vacinação contra a COVID, proposta que se anexa”. A mencionada adenda ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**-----

**12. ACORDO DE PARCERIA – FESTIVAL VAUDEVILLE RENDEZ-VOUS:** Presente a seguinte proposta: “Da Divisão de Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta de acordo de parceria, para a realização do **Festival “Vaudeville Rendez-Vous – Festival Internacional de Artes Performativas 2022-2024”**; minuta de acordo de parceria da iniciativa da Associação de Municípios de fins específicos Quadrilátero Urbano. A mencionada minuta do acordo de parceria dá-se aqui como reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**13. PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DA LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ÁGUA:** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do executivo Municipal o pedido de isenção de pagamento de encargos de ligação do ramal de saneamento, do imóvel sito na Rua da Tomada, n.º 3, freguesia de Sequeira – Braga, no valor de **481,00 €**, acrescida do IVA em 23%, em que é requerente Sebastião Teles Braga, nos termos do n.º 2, do art.º 12 do Regulamento do Projeto BragaSol”. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**14. PROCEDIMENTO CONCURSAL CPR/1/21/DMG- SERVIÇO DE FISCAL ÚNICO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS PARA AS EMPRESAS MUNICIPAIS – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS:**

Presente a seguinte proposta: “- Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o





fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo, proponho a nomeação para Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas das Empresas Municipais discriminadas na informação, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.”, com o NIPC 504078500, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 153, e CMVM 20161463, representada pela Dra. Fátima Cristina dos Santos Amorim Barroso Gonçalves, ROC 1279, e como Fiscal Único Suplente a Dra. Anabela Barbosa Dias, ROC 1278” submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (na sua versão atualizada), a proposta de designação do fiscal único das empresas municipal, tudo conforme informação que se anexa, na sequência do respetivo procedimento concursal. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**15.REPAVIMENTAÇÃO DA AV. PADRE JÚLIO FRAGATA – MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO – 1º ADICIONAL AO CONTRATO DA EMPREITADA: Presente a seguinte proposta:** “Propõe-se a propõe-se a **autorização**, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de **49.867,78€ + IVA** e a **aprovação da supressão de trabalhos** no valor de **11.567,16€+ IVA**, da **prorrogação do prazo por 10 dias e da respetiva minuta do aditamento ao contrato**, nos termos da informação técnica e demais documentos anexos”. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE**



**SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS**

**16. CONTRATAÇÃO: EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA” CONCURSO PÚBLICO: CPE.21.21.DMOSM :** Presente a seguinte proposta: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos do nº. 1, do artigo 98º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário. Tem informação circunstanciada da DMOSM”. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**17.INSERTÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA DA VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES” – 5ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO:** Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a **autorização e aprovação/ratificação**, pela Câmara Municipal, da supressão de trabalhos, no **valor global de 598.039,93€+ IVA**, e aprovação da indemnização a pagar ao empreiteiro, no valor de **62.179,91€**, conforme informação técnica do gestor do contrato” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

O **Sr. Vereador Artur Feio** pediu esclarecimentos sobre este assunto visto que já estamos ante a 5ª modificação objetiva ao contrato, importando ouvir o que está a “correr mal” nesta obra. O Presidente esclareceu que o procedimento seguiu a sua conformação legal, remetendo para o que já foi decidido na última reunião de Câmara, no que toca à suspensão dos trabalhos e que a obra vai continuar através dum novo procedimento concursal até ao topo da variante e para o trecho que falta realizar; “daí que as verbas que estavam previstas no contrato anterior o empreiteiro não as vai poder receber- trabalhos a menos - mas terá direito a uma indemnização -lucros cessantes- pela parte que não vai executar”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. VOTARAM CONTRA OS VEREADORES**





HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO.-----

**18. REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DR. FRANCISCO SANCHES - CONCURSO CPE.20.21.DMOSM:**

Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação pelo Executivo Municipal de todas as propostas constantes do Relatório Final de Análises das Propostas, a adjudicação da empreitada e a aprovação da minuta do contrato que se anexa.” Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**19. PROPOSTA RELATIVA A ABERTURA DE CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR NA CATEGORIA DE ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA DO GRAU 1 DA CATEGORIA DE ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA:** Presente a seguinte proposta: “Da **DMG/DRH** submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a abertura de concurso externo de ingresso para provimento de um lugar na categoria de especialista de informática do grau 1 da categoria de especialista de informática, proposta essa que vai em anexo.”.A proposta anexa dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**20. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS:** Presente para conhecimento a informação sobre a respetiva situação económica e financeira, em cumprimento do disposto na alínea d), n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, conforme documentos que se anexam”. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas..**A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.** O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, fez idêntico reporte à Assembleia Municipal.-----

**21. BOSCH CAR MULTIMÉDIA PORTUGAL, S.A – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO:** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do executivo municipal para aprovação da Assembleia Municipal o presente processo com vista a que seja reconhecido por aquele órgão o interesse público estratégico do empreendimento em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, na sequência da deliberação



tomada a 13 de setembro do presente ano, com fundamento nas informações técnicas que se anexam". Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. VOTOU CONTRA BÁRBARA SECO DE BARROS.--**

**22. UNLIMITED TENDENCY LDA– RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO:**

Presente a seguinte proposta: “ Submete-se à consideração do executivo municipal para aprovação da assembleia municipal o presente processo com vista a que seja reconhecido por aquele órgão o interesse público estratégico do empreendimento em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, na sequência da deliberação tomada a 13 de setembro do presente ano, com fundamento nas informações técnicas que se anexam” Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.—

O **Vereador Adolfo Macedo** começou por alertar para os riscos de aplicação das exceções ao PDM se transformarem em regra, dizendo que não vislumbra fundamentação adequada para essa qualificação, à luz das ditas normas do PDM, nem qual o interesse dessa declaração. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu, para o caso de tal leitura não resultar claramente da documentação disponibilizada, que o projeto em causa é um projeto empresarial, não é um projeto do Projeto Homem, não sendo uma iniciativa ligada à atividade do Projeto Homem, tratando-se, ao invés, duma atividade de acolhimento empresarial que tem o seu enquadramento na alínea) do artigo 31º do RPDM ; “no mais, estas prerrogativas de interesse estratégico dir-se-á são a regra, mas só são a regra desde que cumpridos esses requisitos”. De facto, adiantou que, felizmente, a cidade de Braga tem-se deparado com diversos empreendimentos deste teor, não sendo a aplicação da exceção em regra que verdadeiramente se coloca. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. VOTARAM CONTRA HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE**





**OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. ABSTEVE-SE BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

**23. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:** Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no Estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87 de 30 de junho), os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação dos respetivos órgãos, que fixarão o seu valor. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal (181.764,00 € para o Presidente e 145.411,00 € para os Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro). Desta forma, o Município de Braga vem celebrando, nos termos a que está obrigado por Lei, seguro de acidentes pessoais para os membros dos seus Órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal). Tem sido política deste Executivo, a exemplo do sucedido em outras Autarquias, celebrar tais seguros por valores de responsabilidade acima dos montantes mínimos fixados pela Lei e anteriormente referidos. Neste contexto, é submetida à apreciação da Câmara, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta em anexo, nos termos do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho. Antes de se proceder à discussão e votação deste ponto foi esclarecido que houve um lapso na proposta, no que concerne à indicação do nº de vereadores em regime de permanência a tempo inteiro que é de 5 e não de 6 e que aqui se retifica.”-----

**1.DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA NO QUE SE REFERE AO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DO ÓRGÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO.** -----

**2. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO QUE SE REFERE AO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E**

**BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO.**-----

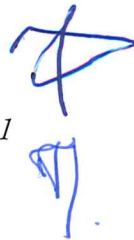
**24. PROCESSO DISCIPLINAR:**

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OITO VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA, UM VOTO NULO E UM VOTO EM BRANCO.**-----

**25. VOTOS DE LOUVOR.** Presentes as seguintes propostas: **a) Da Vereadora com área da Educação e Inovação e Coesão Social**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal um voto de louvor à **PROFESSORA DOUTORA MARTA LOBO DE ARAÚJO**, “pela concretização de um profícuo e valoroso trabalho de investigação para a cidade”, conforme proposta anexa **b) Da Vereadora Sameiro Araújo** com área do desporto, submetendo para aprovação do Executivo Municipal votos de louvor a **MARIANA MACHADO**, que conquistou a medalha de Bronze no Campeonato da Europa de Corta-Mato, prova realizada no passado dia 13 de Dezembro em Dublin, **CARLOS VIEIRA**, que se sagrou Campeão da Porsche GT3 Cup Portugal) **JOÃO PAULO CARVALHO**, que se sagrou vice-campeão em Peso Médio, na modalidade Jiu-Jitsu, no Campeonato Português de Jiu-jitsu, **MIGUEL ABREU** que se sagrou Campeão Nacional de Fórmula Renault 2.0., **TOMÁS GOMES** que venceu a Taça de Portugal em Karting, na Categoria Júnior; **BRENDA LIMA** que se sagrou Campeã de pesos Médio e Absolutos, na modalidade Jiu-Jitsu, no Campeonato Português de Jiu-jitsu, **ÉLIDO MOREIRA** que se sagrou Campeão nos pesos Super Pesado e Absoluto (sem limite de peso), na modalidade Jiu-Jitsu, no campeonato Português de Jiu-jitsu, tudo conforme propostas em anexo. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**26. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A PRESENTE ATA EM MINUTA, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.**-----





-----OUTROS ASSUNTOS-----

O **Sr. Vereador Artur Feio** abordou três assuntos. Um referente ao email que enviou sobre a solicitação do contrato ou a renovação do contrato com o Altice relativo aos *naming rights* do Forum Braga. Outro relativo às contestações das obras na Rua da Cidade do Porto; via intransitável e em mau estado evidente. Por fim, solicita, em nome dos Vereadores do PS, “que seja anexada à reunião” RECOMENDAÇÃO para análise oportuna com uma distinção sumária do que entendem ser a importância da componente de apoio à família que tem no serviço de apoio que é complementar com a CAF ao nível dos primeiros ciclos do ensino básico; serviço esse muito relevante, havendo um constrangimento muito grande nos valores que têm sido pagos às famílias, sobretudo tendo em atenção a pandemia, propondo, com vista a garantir alguma equidade, o seguinte:-----

1.Na linha do que foi implementado à generalidade dos alunos do ensino pré escolar pelo Município de Braga se uniformize o valor da CAF aplicado no concelho de Braga para um valor de 30 euros de mensalidade máxima; 2.O valor do escalão B seja de 20 euros e que os alunos do escalão A estejam isentos do pagamento; 3.O Município garanta a todas as entidades que prestam o serviço o valor das diferenças relativas aos escalões em 20 euros para o escalão B e em 30 euros para o escalão A; E que estas medidas sejam aplicadas já em janeiro de 2022 .-----

A **Vereadora Bárbara Seco de Barros** abordou a questão do funcionamento do centro de vacinação e se a solução está a servir e se é uma solução permanente.-----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que nem o Município de Braga, nem a InvestBraga tem objetivamente uma qualquer inibição em disponibilizar o contrato, uma vez que “nada há a esconder”, pois é, aliás, extremamente vantajoso. Explicou que esta questão envolve duas entidades e se a Altice Portugal der autorização para transmitir aos vereadores os termos do acordo, tal será feito. Adiantou que não o fazem por vontade própria, mas porque o parceiro entendeu que devia haver uma lógica de confidencialidade no contrato. “Se a Altice nos der autorização para fazer o *disclosure* da informação, naturalmente que o faremos”. No entanto, referiu que, do ponto de vista público, a empresa não deverá querer que seja divulgado o contrato, porque as condições contratuais são as condições que eles têm com Braga e não são aquelas que eles possam ter com outras entidades. De facto, referiu que desse contrato consta uma cláusula de confidencialidade e que, segundo o referido pela Altice, não há nada a opor a essa disponibilização, desde que os órgãos se comprometam, por escrito, a não violar essa cláusula de confidencialidade. O Presidente reiterou ainda que prestará formalmente a resposta da Altice sobre este assunto.-----

Relativamente às obras de repavimentação na Rua Cidade do Porto esclareceu que houve uma intervenção da conduta naquela zona e que a entidade Infraestruturas de Portugal obrigou a um período de consolidação.-----

Quanto à escola secundária de Maximinos a **Vereadora Carla Sepúlveda** tomando a palavra disse que o assunto suscitado pela **Vereadora Silvia Sousa** está prestes a ser solucionado (cerca de um mês/2meses).-----

Relativamente à RECOMENDAÇÃO apresentada pelos Vereadores do PS, o Presidente da Câmara referenciou que será analisada na próxima reunião do Executivo. Todavia, referiu que não deixa de ser lamentável que este contributo não tivesse sido apresentado atempadamente de modo a ser ou não acomodado nos documentos previsionais, recordando que a comunicação para o efeito foi oportunamente dirigida a todos os representantes das forças partidárias.-----

Finalmente, no que concerne ao centro de vacinação, o Presidente enalteceu o facto do processo ter sido mal conduzido, no início, pelo Governo e que os cenários foram ditando a exigência de uma nova solução que foi gizada pela Município e pela InvestBraga e que é a que conhecemos, reunindo todas as condições para o seu funcionamento em pleno. Evidenciou o facto de ser o Município a assegurar as funções que o Governo teria de assumir. Sendo estas, o aumento da capacidade do centro de vacinação e a criação de melhores condições aos utentes que agora se verifica. Salientou também que isto só é possível com o auxílio das equipas e empresas do Município; incluindo custos que estão ainda a cargo do Município.-----

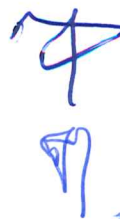
Por último, o Presidente deu nota de que estão em vias de ser instalados, no mínimo, dois a três centros de testagem gratuita.-----

#### -----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao cidadão **José Bernardino** que fez a sua intervenção sobre a degradação da Rua/Travessa Dr. Francisco Machado Owen e do abaixo assinado QUE, NESSA SEQUÊNCIA, FOI elaborado pelos moradores.-----

Referiu que habitando naquela zona há muitos anos, nunca viu a Câmara “investir” qualquer investimento naquela artéria; o que tem gerado muitas dificuldades, designadamente na mobilidade. Mencionou, entre outros aspetos, que não existem candeeiros, o ringue desportivo está completamente degradado, inexistem equipamentos urbanos, salientando que urge reabilitar a rua. Por esse facto, fizeram em 2019 um abaixo assinado com vista sensibilizar o Presidente para essa necessidade de reabilitação, atendendo às pretensões dos moradores e à qualidade do serviço que deve ser prestado..-----





De seguida o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **Pedro Pinheiro Augusto** que fez a sua intervenção relacionada com a denúncia de não cumprimento da lei das Acessibilidades por parte do Município, remetida à Inspeção Geral de Finanças em 2018. Após uma breve justificação das razões que justificam esta sua intervenção, questionou o seguinte: -----

“1. Qual o ponto de situação de desenvolvimento e cabimentação financeira dos projetos e empreitadas referidas pelo município no ofício 25554 de 24 de Novembro de 2020, remetido à Inspeção Geral de Finanças?-----

2. Porque estão alguns dos objetivos da calendarização em vias de serem falhados, nomeadamente a empreitada do cruzamento das Avenidas de Liberdade e João XXI, e Avenidas de S. Pedro e S. Bento, dado estarmos já no fim de 2021, a data limite?-----

3. Como se explica o município invocar falta de capacidade financeira, enquanto aplica sucessivas baixas de impostos cujo valor de receita abdicada transcende o que seria necessário para a resolução da totalidade das ilegalidades denunciadas, tendo como referência a empreitada de remoção da passagem aérea da Rua do Caires (cerca de €100.000)?-----

O **Presidente da Câmara** relativamente à primeira intervenção disse que o Executivo é sensível à situação, que não está esquecida, e que não é, infelizmente, um caso isolado. Esclareceu que foi feito um plano progressivo de intervenção em várias artérias e muitas, tidas como prioritárias, já foram intervencionadas, o que seguramente acontecerá também com essa mesma artéria e se tal não ocorrer em 2022, garantidamente que se verificará neste mandato. No que respeita ao ringue referiu que não foi ainda recuperado, uma vez está enquadrado num projeto mais amplo que prevê a requalificação da escola adjacente, o que sucederá a breve trecho.-----

Relativamente à segunda intervenção o Presidente respondeu que estes projetos estão a ser desenvolvidos internamente e que vão cumprir o compromisso assumido com a IGF. É ainda certo que as intervenções devem ser feitas de forma responsável e gradual evitando os perigos de risco de situações mais gravosas do que aquelas que existem.-----

**ENCERRAMENTO:** Às 19h30m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.-----



**BRAGA**  
Município

*Reunião ordinária pública de 15 de dezembro de 2021*